

O ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Teaching the History of Education at the University of Lisbon (1950-2013)

Maria João Mogarro¹

RESUMO

Este trabalho analisa a constituição do campo científico da História da Educação na Universidade de Lisboa, abordando a presença da História da Educação nos planos de estudo dos cursos de formação de professores e outros cursos, destinados a públicos diferentes, assim como a investigação desenvolvida, os projetos financiados e as obras publicadas, principalmente após meados do séc. XX. Os principais nomes deste universo são realçados, pelo papel que desempenharam na afirmação da disciplina e da área. Num tópico preliminar, aborda-se brevemente a presença da História da Educação nas primeiras décadas de formação de professores e os manuais que então foram publicados. Em seguida, desenvolve-se a legitimação desta área na Universidade de Lisboa, pela ação dos seus docentes (antes de 1974) e pela diversificação de oferta formativa. No final, aborda-se a vitalidade que marca o campo a partir da década de 1980 e a sua internacionalização.

Palavras-chave: História da Educação; universidade; investigação; ensino; formação de professores.

ABSTRACT

This paper analyses the constitution of the scientific field of History of Education in the University of Lisbon, addressing the presence of History of Education in the curricula of the teacher education programmes and other training programmes designed for different publics, as well as the developed research, funded projects and published works, especially after the mid-twentieth century. The leading figures of this universe are emphasised for the part they played in the affirmation of the discipline and area. On a preliminary discussion, we consider the presence of History of Education in the first decades of teacher education and the schoolbooks that then were published. Afterwards, the legitimacy of this area was developed in the University of Lisbon by the action of its teachers (before 74) and by the diversification of the training offer. In the end, we approach the vitality that marks the field from the 80s and its internationalization.

Keywords: History of Education; University; Research; Education; Teacher Education.

Introdução

Este artigo propõe-se analisar o espaço ocupado pela História da Educação na Universidade de Lisboa, principalmente na segunda metade do século XX e nos anos iniciais deste século. Componente integrante da formação de professores, ela está presente no ensino superior (também integrava os currículos das escolas normais primárias) desde o início do século XX, acompanhando o itinerário da formação profissional dos professores do ensino secundário. Entre 1930 e 1974 foi ministrada no Curso de Ciências

¹ Doutora em Ciências da Educação – História da Educação pela Universidade de Lisboa e em Pedagogia – Formação de Professores. Professora Associada do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, onde leciona nos cursos de Pós-Graduação e Graduação.. Contatos: mjmogarro@ie.ulisboa.pt

Pedagógicas da Faculdade de Letras, sendo Delfim Santos o professor que ocupou o lugar maior na regência da cadeira, pela sua personalidade e pelo longo tempo em que a lecionou. Após 1974, o Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, entre outros, ministraram a disciplina, consolidando o seu campo científico e conferindo-lhe projeção. Atualmente é ministrada no Instituto de Educação, fazendo parte da licenciatura em Educação e Formação, do Mestrado em Ensino (que configura institucionalmente a legislação que consagrou o chamado processo de Bolonha, a partir de 2007) e é oferecida também como um mestrado e um programa de doutoramento específicos em História da Educação, tendo construído um campo claramente definido de atuação. Na nossa análise, utilizaremos como fontes a produção dos professores, os planos de estudos e os programas, assim como outra documentação pertinente produzida na área desta disciplina. No que se refere à fundamentação teórica, dialogamos com os autores que têm trabalhado estas problemáticas, em particular os que foram docentes da disciplina e os que a inspiraram.

Os anos 80 marcam o novo ciclo da área disciplinar, com a abertura a novos temas e problemas, a presença em eventos científicos internacionais e o estabelecimento de uma agenda influenciada por referências que nos chegavam de outros países. A publicação de obras marcantes e de produtos que constituíam instrumentos de apoio à investigação (NÓVOA, 1993, 2003) evidenciam a organização do trabalho científico e o estabelecimento de objetivos ambiciosos. Os olhares dos investigadores viravam-se então para novos atores/sujeitos educativos, novos públicos, novos temas, numa abrangência que incorporava a diversidade, mas também assentava numa crescente solidez teórica e metodológica. Os projetos de investigação foram outra das vertentes desenvolvidas, assim como a organização de congressos internacionais, alguns dos quais passaram a marcar a agenda do campo (como os ibéricos e os luso brasileiros) e a influenciar o ensino da disciplina. Estas tendências abrangeram a comunidade nacional de historiadores da educação, não se restringindo a Lisboa, e tiveram como principais nomes António Nóvoa e Rogério Fernandes.

Os estudos curriculares sobre a evolução do ensino das disciplinas universitárias não são muito significativos em Portugal, uma afirmação que também se aplica ao ensino da História da Educação. As obras que se têm dedicado ao tema têm vindo a ser produzidas no âmbito de encontros nacionais da comunidade portuguesa e de encontros ibéricos ou luso-brasileiros, como os textos de PINTASSILGO e BEATO (2014), MOGARRO (2001, 2007), BASTOS, MOGARRO (2009), SANTOS (2007), NÓVOA (1994, 1996, 2004), GOMES (1988, 1993) e GRÁCIO (1988) e ainda as obras que fazem sínteses do campo científico, principalmente no domínio da investigação, como o Primeiro Encontro de História da Educação em Portugal (1983) e o 1.º Encontro Ibérico de História da Educação, cujos textos foram publicados por NÓVOA e RUIZ BERRIO (1993), o 2.º Encontro de História da Educação em Portugal (MAGALHÃES, 1998) e o 3.º Encontro de História da Educação em Portugal (PINTASSILGO, CORREIA, ALVES e FELGUEIRAS, 2007). O estudo mais aprofundado é de NÓVOA (1994), fruto de provas académicas, sendo os outros textos atas de encontros, artigos ou capítulos de livros.

1. A genealogia de um campo científico: o percurso inicial da História da Educação nos séculos XIX e XX (até 1930)

Em Portugal, a disciplina de História da Educação surgiu nas escolas de formação de professores na segunda metade do séc. XIX e o seu percurso refletiu-se nos planos de estudo dos cursos de formação de professores dos ensinos primário e secundário. Algumas medidas haviam sido preconizadas anteriormente, mas este início acompanha a criação do ensino normal, com a entrada em funcionamento das Escolas Normais Primárias de Lisboa – a Escola de Marvila, em 1862, para o sexo masculino, e a Escola do Calvário, em 1866, para o sexo feminino. Foram nestas instituições que se ensinaram, pela primeira vez, a futuros professores, alguns rudimentos de história da educação, integrados nos apontamentos de introdução à disciplina de *Pedagogia prática, legislação e administração do ensino* (BASTOS; MOGARRO, 2009). A reforma de 1878 foi regulamentada em 1881 e o novo plano de estudos, introduziu alterações significativas no ensino normal. A nova cadeira de *Pedagogia, metodologia e legislação relativa às escolas primárias* contemplava dois pontos relativos à história da educação: um, *história da pedagogia*, tratava a evolução das ideias pedagógicas e que remetia para os principais pedagogos, a nível mundial; o outro, *história da instrução nacional*, organizava os temas em torno dos fatos que marcaram a evolução da instrução em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até aos princípios fundamentais consagrados pelo liberalismo: a liberdade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino. Estas rubricas representavam o início do ensino da História da Educação em Portugal, porque embora o campo disciplinar tenha surgido no interior de uma disciplina mais vasta, organizava-se em grupos temáticos específicos e relativamente autônomos, face ao conjunto do programa.

Esta configuração assumiu, então, uma organização e uma natureza conceitual que permanecerá por décadas e vem até recentemente, como realçou António NÓVOA (1994): “Estas rubricas definem já duas tradições que caracterizam a História da Educação no século XX: um ensino centrado nas ideias pedagógicas, sobretudo dos grandes educadores universais; e um ensino organizado em torno dos factos educativos, tendo como referência as principais reformas legislativas a nível nacional. Num certo sentido, esta dupla entrada, pelas *ideias* ou pela *legislação*, desenha uma matriz curricular que vem até aos dias de hoje” (p. 42).

Neste contexto foram elaborados os primeiros manuais para o ensino da história da educação, por Amaral CIRNE JÚNIOR (1881) e José Maria Graça AFFREIXO (1883).

As reformas do ensino normal de 1896 e 1901-1902 seguem as orientações já referidas. As disciplinas de *Pedagogia* incorporam os temas de história da educação, que seguem uma clara linha de continuidade relativamente aos programas anteriores. O programa de 1902 apresenta, tal como o de 1881, duas rubricas – *História da pedagogia* e *História da instrução popular portuguesa*. Contudo, em 1902, há o cuidado de selecionar e indicar o nome dos principais pedagogos, prescrevendo o ensino das suas ideias e da sua ação pedagógica. Seguindo a mesma perspetiva progressista nas políticas educativas, contempla-se o estudo das principais medidas para promover a instrução popular, desde

a Idade Média às reformas liberais, com realce para a política pombalina (MOGARRO, 2006a). Estas reformas encontraram tradução nos manuais de António LEITÃO (1906) e de José Augusto COELHO (1903, 1907).

No entanto, foi com a institucionalização da formação de professores para o ensino secundário que surgiu em Portugal, no ano de 1902, a primeira disciplina autónoma de história da educação na universidade. A ideia que a formação destes professores devia ser assegurada com o Curso Superior de Letras de Lisboa tinha antecedentes, mas só foi concretizada em 1901 com a criação do Curso de Habilitação para o Magistério Secundário, integrada naquela instituição. Após três anos de preparação científica, os alunos frequentavam o 4.º ano de formação pedagógica, do qual fazia parte a disciplina de *História da Pedagogia, em especial de metodologia do ensino secundário, a partir do séc. XVI em diante*. Esta cadeira teve duas componentes fundamentais: uma dedicada à análise das ideias pedagógicas dos principais educadores, da antiguidade até à época contemporânea, e outra sobre questões metodológicas no ensino secundário. A segunda componente remetia mais para autores americanos e alemães, enquanto a perspetiva pedagógica seguia a literatura especializada francesa, tendo como referência fundamental Compayré (NÓVOA, 1994: 48).

A partir de 1910, as reformas republicanas do ensino atribuem uma importância fundamental à formação de professores, mas os anos que se seguem à implantação da República registaram grande instabilidade. A reforma do ensino normal primário de 1914 contempla duas disciplinas de história da educação: uma novamente em associação com a pedagogia - *Pedagogia geral e história da educação*, e outra designada como *História da instrução popular em Portugal*. Os programas destas disciplinas apenas seriam aprovados em 1916. Pela primeira vez, a história da educação surgia de forma explícita na designação de cadeiras dos cursos de formação de professores do ensino primário. Contudo, a situação só estabilizou em 1919 e a reorganização então aprovada para o ensino normal primário incluía, no respetivo plano de estudos, as duas disciplinas de história da educação, já consagradas em 1914, mantendo exatamente as mesmas designações. Também numa lógica praticamente igual, os programas reproduziam, em 1919, os que tinham sido publicados em 1916. Ao assumir a legislação de 1914-1916 relativa à história da educação, a reforma de 1919 reforçava este campo disciplinar nos cursos de formação de professores do ensino primário, à semelhança do que acontecia para os do ensino secundário, na universidade, na época.

Os dois manuais que ilustram de forma paradigmática o ensino destas duas cadeiras são da autoria de Alberto PIMENTEL FILHO (1919, reeditado em 1932) e Sílvio PÉLICO FILHO (1923).

A preocupação da Primeira República portuguesa com a formação de professores do ensino secundário traduziu-se na criação das Escolas Normais Superiores, em 1911, seguindo o modelo francês. Contudo, estas Escolas apenas iniciaram o seu funcionamento em 1915-1916 nas Universidades de Lisboa e de Coimbra, fazendo parte dos seus cursos a cadeira anual de *História da pedagogia*. Em 1930, as Escolas Normais Superiores foram extintas pelo Estado Novo e substituídas pelo Curso de Ciências Pedagógicas, para a formação de professores do ensino secundário; o plano de estudos deste curso contemplava uma vertente histórica da educação.

Em sentido contrário ao que se passava no âmbito universitário, onde se assistiu a uma afirmação curricular da História da Educação no curso de formação de professores do ensino secundário, a disciplina desapareceu dos cursos de formação de professores primários em 1930, com a extinção das escolas normais, que foram substituídas pelas escolas do magistério primário. Esta componente só voltou aos currículos das escolas do magistério em 1960, com os novos planos de estudo (MOGARRO, PINTASSILGO, HENRIQUES, 2012, 2010; MOGARRO, 2001).

Uma das principais heranças deste período para a História da Educação é constituída pelos seis manuais que se dedicam à história da educação, publicados entre 1881 e 1932, no quadro das escolas de ensino normal primário (CIRNE, 1881; AFFREIXO, 1883; COELHO, 1903, 1907; LEITÃO, 1906; PIMENTEL FILHO, 1919, 1932; PÉLICO FILHO, 1923). Do ponto de vista da sua materialidade, três destes manuais tiveram reedições, o que demonstra a sua aceitação no ensino normal – COELHO teve duas edições, PIMENTEL FILHO o mesmo número e LEITÃO teve oito edições e uma reimpressão.

Estes manuais foram publicados por editoras diferentes, nas três principais cidades do país, destacando-se Lisboa, com quatro das edições. Em três dos livros, a obra é completamente dedicada a temas de história da educação, da pedagogia e da instrução. AMARAL CIRNE dedica 102 páginas à evolução geral das ideias pedagógicas e 90 páginas ao caso português, não autonomizando, em qualquer dos capítulos em que se divide a obra, a história nacional; ao longo da obra, que segue uma organização cronológica dos temas históricos da pedagogia (tal como todos os outros manuais), o autor articula a perspetiva geral com os acontecimentos específicos ocorridos no país, com especial relevo para o século XIX português. Os acontecimentos nacionais inserem-se no itinerário civilizacional da humanidade, que os fatos educativos ilustram. Por seu lado, AFFREIXO reserva a parte quinta (e última) para a evolução da instrução portuguesa (32 páginas), abordando nas primeiras quatro partes a evolução das ideias pedagógicas, os principais educadores e a pedagogia em vários países, num esforço comparativo (85 páginas). No caso de PÉLICO FILHO, todo o livro é dedicado à história da instrução portuguesa, desde as origens da nacionalidade até ao regime republicano, embora a introdução (pp. 7-38) apresente uma abordagem de questões mais gerais.

Nos outros três manuais, as componentes de história da educação dividem a totalidade da obra com os aspetos específicos da Pedagogia. O manual de José Augusto COELHO, reserva as páginas finais (Parte III, Secção II) para a evolução das ideias educativas, tanto a nível geral (capítulo I, pp. 272-320) como em Portugal (capítulo II, pp. 320-332). Por seu lado, António LEITÃO segue a mesma ordem sequencial, abordando a história da pedagogia na Parte III, capítulo II (pp. 167-199) e a história da instrução popular em Portugal no capítulo III da mesma parte (pp. 200-211). Finalmente, o manual de PIMENTEL FILHO dedica à História da Pedagogia a segunda parte do livro (pp. 151-482), não diferenciando, claramente, a dimensão nacional da evolução geral das ideias pedagógicas; contudo, nesta parte há quatro capítulos (dos doze que a compõem) que são expressamente dedicados a temas portugueses, a que se juntam

muitas outras referências disseminadas pelos restantes oito capítulos desta parte e mesmo (embora de forma mais reduzida) nos capítulos da primeira parte, dedicados à Pedagogia – aproximadamente, são um total de 237 páginas para a abordagem geral da evolução das ideias pedagógicas, desde a antiguidade, e 123 páginas dedicadas aos temas específicos de Portugal. Cronologicamente, a obra termina nos séculos XVI/XVII.

Todos estes autores de manuais (que também eram docentes) constituem um grupo profissional com uma cultura científica e pedagógica produzida num tempo de modernidade, que lhes fornece um substrato comum e os configura como uma comunidade de educadores. Contudo, esta configuração é feita de traços morfológicos diversos (NÓVOA, 2003), em que o segmento que os une é a abordagem histórica das ideias pedagógicas e dos fenômenos educativos. No campo de produção em que se situaram, ocuparam um lugar de intermediação: tributários de uma história da pedagogia e da educação elaborada por autores estrangeiros, (re)interpretaram as suas fontes, incluíram os pedagogos e a realidade portuguesa e escreveram as suas obras pensando no apoio às cadeiras que lecionavam e aos seus próprios alunos (NÓVOA, 1993, 1994).

2. A legitimação universitária da História da Educação e a formação de professores para o ensino secundário – o papel de Delfim Santos

Os meados do século XX ficam marcados pela afirmação da história da educação no universo universitário, considerando a disciplina (ou cadeira) existente no Curso de Ciências Pedagógicas com a designação de *História da educação, organização e administração escolares*. Este curso foi criado em 1930 (pelo Decreto n.º 18973, de 28 de Outubro) e tinha, para além da já indicada, mais quatro disciplinas: *Pedagogia e didática; Psicologia geral; Psicologia escolar e medidas mentais; Higiene escolar* (esta semestral). A missão principal do Curso de Ciências Pedagógicas era formar professores para o ensino secundário, mas também se dirigia a outros públicos, como médicos escolares, licenciados em direito com funções em obras de proteção social e professores do ensino primário que desejavam ocupar cargos de inspeção ou de direção. O curso tinha a duração de um ano e garantia a obtenção de uma vertente de “cultura pedagógica” aos candidatos a professores do ensino secundário (liceal ou técnico-profissional) que, tendo adquirido previamente uma formação académica e científica com uma licenciatura universitária, o frequentavam. Estes candidatos a professores deviam também realizar um estágio de dois anos num Liceu Normal. Este estágio de dois anos, contemplado no modelo de formação de 1930, podia realizar-se nos Liceus Normais de Pedro Nunes, em Lisboa, de José Falcão (depois designado D. João III), em Coimbra, e, após 1957, também no Liceu de D. Manuel II, no Porto. No final do estágio realizava-se o Exame de Estado. A estrutura do modelo manteve-se inalterada até 1969, quando o estágio foi reduzido para um ano, mas a sua natureza prolongou-se até final do regime, em 1974.

O Curso de Ciências Pedagógicas era ministrado nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra e, a partir do início da década de 60, também na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em meados do século XX, a cadeira era

leccionada nas Universidades portuguesas por alguns professores de renome, destacando-se Joaquim de Carvalho em Coimbra (que esteve à frente da cadeira durante 28 anos) e Delfim Santos em Lisboa, que lecionou História da Educação entre 1942/43 e 1965/66 (24 anos).

Interessa-nos aqui o caso de Lisboa e a melhor entrada para este universo é a personalidade de Delfim Pinto dos Santos ou, como assinava, Delfim Santos (Porto, 6/11/1907 – Cascais, 25/09/1966). Delfim Santos licenciou-se em ciências histórico-filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1931, onde teve como professor Leonardo Coimbra e conviveu com os seus colegas Agostinho da Silva, Álvaro Ribeiro, José Marinho e Santana Dionísio, iniciando uma rede de sociabilidades entre a intelectualidade portuguesa da sua geração. De seguida, Delfim Santos candidatou-se à docência liceal e iniciou o período preparatório no ano lectivo de 1931/1932, no Liceu Normal José Falcão, de Coimbra. Por motivos pessoais, adiou o segundo ano e, em Fevereiro de 1933, concluiu na Universidade de Coimbra as cadeiras de ciências pedagógicas. Em outubro desse ano transferiu-se para o Liceu Normal Pedro Nunes, em Lisboa, onde completou o estágio, com 18 valores, e realizou o exame de estado, em julho de 1934. Neste exame, foram seus examinadores Vieira de Almeida (Psicologia) e Fidelino de Figueiredo (História), tendo sido classificado, por ambos, com 16 valores. No ano letivo seguinte (1934/1935) vamos encontrá-lo como professor associado no Liceu Gil Vicente, pertencendo ao 4º grupo (História e Filosofia) e regendo a disciplina de Geografia. O seu percurso escolar e a formação para professor foram acompanhados por elevadas classificações.

Em finais de 1935, Delfim Santos muda o rumo da sua vida profissional, decidindo ir para Viena como bolsheiro da Junta de Educação Nacional / Instituto para a Alta Cultura. Durante este período priva com nomes importantes do Círculo de Viena, como Moritz Schlick, Karl Bühler e Othmar Spann e participa em seminários internacionais, circulando nos meios neopositivistas. Elaborará uma detalhada reflexão crítica dessa experiência, sob o formato de um relatório das atividades desenvolvidas no âmbito da bolsa de estudo, intitulado *Situação Valorativa do Positivismo*, que publica mais tarde em Berlim (1938). Até 1937, com breves estadias em Portugal, estuda em Berlim sob a orientação de Nikolai Hartmann, segue os cursos de Eduard Sprenger, teorizador da Pedagogia, e vai para o Reino Unido, onde estuda no University College de Londres com John Macmurray e no Trinity College de Cambridge, ligado ao Círculo de Viena, com Charlie Dunbar Broad e George Edward Moore. Em Novembro de 1937 regressa à Universidade de Berlim como leitor de português do Instituto para Portugal e Brasil. Entretanto, em Junho de 1940, defende o seu doutoramento na Universidade de Coimbra com a tese *Conhecimento e Realidade*, arguida por Vieira de Almeida (Lisboa) e Joaquim de Carvalho (Coimbra). A sua experiência internacional permitiu-lhe um conhecimento profundo das modernas correntes da filosofia e da pedagogia, aprofundando o seu conhecimento de autores como Husserl, Heisenberg e Heidegger.

Em 1942 fixa-se definitivamente em Portugal e, após uma breve passagem pelo Liceu Camões, em Lisboa, iniciou a sua carreira universitária, em Janeiro de 1943, como primeiro assistente da secção de ciências pedagógicas da Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa. Até ao ano da sua morte, 1966, lecionou ininterruptamente a cadeira de *História da educação, organização e administração escolar*. Em 1947 foi aprovado em concurso para professor extraordinário de Ciências Pedagógicas e em Outubro desse ano passou a lecionar também a cadeira de *Pedagogia e didática*, que manteve até 1966. Em 1948 foi nomeado professor agregado e em 1950 foi aprovado por unanimidade no concurso para professor catedrático, tornando-se o primeiro professor catedrático de Pedagogia em Portugal.

Defensor da ontofenomenologia, existencialista, cristão e pedagoga, polémico e rigoroso, espírito lúcido e crítico, Delfim Santos foi sistematicamente afastado do ensino da Filosofia, a sua área de eleição, e na Pedagogia teve de defrontar as arcaicas estruturas do sistema de ensino português (MIRANDA, 2003). Não lhe foram dados os meios para organizar uma licenciatura e um doutoramento em Pedagogia, ou para criar um Instituto de Educação integrado na Universidade, ou desenvolver uma ação formativa e investigativa, em articulação com a docência, como desejava e apesar de ser um reconhecido intelectual e professor do seu tempo. Foi a Fundação Calouste Gulbenkian que contribuiu de forma significativa para a concretização das suas aspirações, aprovando a criação do Centro de Investigação Pedagógica, que ele propôs e que passou a dirigir a partir de 1963.

Eduardo LOURENÇO (1966) caracterizará esta situação como um injusto desvio, associado a uma fatalidade da vida filosófica portuguesa, como escreveu por ocasião do falecimento de Delfim Santos: “Por um desses incompreensíveis caprichos culturais (que se calhar nem são incompreensíveis nem caprichosos) aquele que por qualificação e competência aí podia então falar com autorizada voz das novas correntes filosóficas, era obrigado a acantonar-se nas «pedagógicas». É verdade que, como o deserdado Saul, ele fará desse domínio, considerado absurdamente menor, um reino” (p. 1.086).

Por seu lado, Rui GRÁCIO (1975) realça que esta impossibilidade de Delfim Santos concretizar as suas aspirações de ensinar Filosofia lhe terão certamente interiorizada sentimentos de mágoa, mas que dessa circunstância beneficiou a Pedagogia.

Do impedimento beneficiou a nossa escassa literatura pedagógica de feição especulativa, sem que, entretanto, a filosofia, ou melhor, o filosofar, se apoucasse neste filósofo sem cátedra: porventura como nenhum outro entre nós, abriu o pensamento em Portugal à problemática espiritual europeia do nosso tempo. Por outro lado, e como não, de filosofia se nutriu a especulação pedagógica, que ali foi buscar os princípios conformadores da sua progressiva articulação. (GRÁCIO, 1975, p. 207).

No entanto, estamos a falar de uma literatura pedagógica de expressão reduzida, que se impõe “pelo rigor da meditação, pela firmeza das vinculações e posições, pela responsabilidade do discurso e pela reflexão filosófica de ordem metafísica” (SANTOS, 2012). Está-se perante uma conformidade filosófica da pedagogia delfinina, que era extensível à história da educação. Como sublinha Rogério Fernandes, Delfim Santos nunca deixou de ser filósofo para se tornar historiador, tal como nunca o fez Joaquim de Carvalho, em Coimbra (FERNANDES, 2004, p. 795). Neste sentido, falamos de uma

História da Educação de matriz tradicional, que seguiu o esquema dos manuais publicados no início do século XX. Delfim Santos privilegiava a análise dos documentos educativos sobre instituições escolares, métodos de ensino e ideias pedagógicas (centrando-se mais nas ideias que nas instituições), tratando os seguintes temas: A educação na Grécia; A educação em Roma; O cristianismo e a constituição do novo ideal educativo e de novas instituições docentes; A educação na Alta Idade Média; A educação na Baixa Idade Média; O humanismo e a educação; A reforma protestante e o ensino; A contra reforma e a educação; O século XVIII e as suas novas intenções pedagógicas; Vários pedagogos dos séculos XIX e XX (Herbart, Froebel, Ellen Key, Decroly, Kerschensteiner, Dewey, Montessori, entre outros). Em Lisboa e em Coimbra seguia-se um esquema cronológico bastante idêntico até ao século XVI, mas surgem referências à pedagogia contemporânea na Universidade de Lisboa, a partir do início da década de 50. Os *Programas e Sumários das lições*, que estão arquivados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (NÓVOA, 1994, p. 52), permitem reconstituir esta agenda da disciplina, pois a produção científica no campo da História da Educação é praticamente inexistente no período do Estado Novo e Delfim Santos mantém esta situação, comum a todos os docentes da disciplina de *História da educação, organização e administração escolares* (estas duas últimas vertentes eram praticamente ignoradas).

Delfim Santos apenas deixou um texto incompleto e inédito, à data da sua morte, publicado posteriormente no Boletim Bibliográfico e Informativo da Fundação Calouste Gulbenkian (SANTOS, 1967), que constitui a primeira parte de um curso inédito de História da Educação. O texto divide-se em duas partes não tituladas, numeradas em romano, em que a primeira, como preâmbulo, discute a natureza da disciplina de História da Educação e define o seu objeto e área de estudo; a segunda parte debruça-se sobre o processo educativo na antiguidade, começando no Próximo e Extremo-Oriente e terminando na Grécia. Este texto viria depois também a ser incluído no apêndice de inéditos não datados, do terceiro volume de *Obras Completas* de Delfim SANTOS, que a mesma Fundação publicou em 1977. No entanto, sabemos que as suas lições circulavam sob a forma de sebentas, como testemunham alguns dos seus antigos alunos. Estas sebentas “correspondiam a registos de alunos, por certo os de maior capacidade organizadora e os mais assíduos às aulas, circulando de mão em mão e reproduzindo-se de ano para ano. Tal sebenta, utilitária, pontual, restrita e desapegada, permitiria refazer a totalidade do curso de história da educação” (SANTOS, 2012, p. 126).

Após a morte de Delfim Santos, sucederam-se na regência da cadeira de História da Educação, em Lisboa, Maria Rita Mendes Leal, Délio Nobre dos Santos e Fernando Castelo Branco, sem que ocorressem alterações dignas de nota até 1974.

Uma palavra ainda é devida ao Instituto Nacional de Educação Física (INEF) e ao ensino da *História da Educação* nesta escola, onde ocupou um lugar importante desde 1940. Autonomizada como *História da Educação Física*, foram seus professores Mário Gonçalves Viana e depois Albano Estrela. Nos anos 60, o programa da cadeira introduz alterações significativas pela mão de Albano Estrela, visando a “integração histórica do aluno no presente” (NÓVOA, 1994, p. 53).

O período de 1930 a 1974 é marcado pela legitimação universitária do ensino da História da Educação, mas que se coloca numa abordagem tradicional e pouco inovadora, centrando-se principalmente no estudo clássico das ideias dos grandes educadores e a partir de manuais estrangeiros de maior divulgação e reconhecimento. Os seus docentes não desenvolveram investigação própria e não publicaram títulos neste campo de produção, ignorando as novas agendas de investigação histórico-educativa e os desafios colocados na década de sessenta, a nível internacional.

3. A História da Educação num mundo em mudança: dos tempos da revolução à consolidação do campo científico

O período revolucionário (1974-1976) foi madraço para a História da Educação. Já anteriormente, em 1971, a criação do ramo de formação educacional nas Faculdades de Ciências não contemplava esta cadeira no currículo da formação de professores do ensino secundário e, em 1974, ela desaparecia dos planos de estudos das escolas do magistério primário. Com o fim do Curso de Ciências Pedagógicas, deixava de ser lecionada na Universidade de Lisboa (PINTASSILGO, MOGARRO, HENRIQUES, 2010). No entanto, o Instituto Nacional de Educação Física manteve uma disciplina de natureza histórica nos seus diferentes planos de estudo.

Com o período de normalização, a partir do ano letivo de 1976-1977, a História da Educação é progressivamente reintroduzida nos planos de estudos dos cursos de formação de professores para os diferentes níveis de ensino e, mais tarde, integra os planos de estudos das licenciaturas e mestrados em Ciências da Educação. No entanto, esta é uma fase que se caracteriza pela diversidade de situações (ao nível das instituições, das alterações curriculares que se sucedem e das constantes mudanças nas designações da disciplina), dificultando a reconstituição do seu percurso até aos anos noventa.

Para continuarmos centrados na Universidade de Lisboa, que aqui nos ocupa, registre-se a abertura da cadeira de *História e Filosofia da Educação* no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Os anos 80 trazem uma “profusão de perspetivas e de linhas de desenvolvimento”, mas a disciplina “inseriu-se relativamente bem no novo tecido institucional da formação de professores (e, mais tarde, nos cursos de licenciatura e de mestrado em ciências da educação)” (NÓVOA, 1994, p. 56), principalmente nas universidades e não tanto nas escolas superiores de educação (SANTOS, 2007; MOGARRO, 2007). Esta reafirmação institucional da História da Educação acentua a proximidade com a filosofia (história e filosofia partilham o título) e mantém-se muito centrada nas ideias pedagógicas, embora com uma atenção progressiva aos educadores portugueses e ao seu pensamento.

Em 1994, António NÓVOA precisa que na Universidade de Lisboa, além da cadeira de *História e Filosofia da Educação* lecionada no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências (de que era professor Rogério Fernandes), a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação oferecia *História da Educação e Correntes da Pedagogia Contemporânea*, nos cursos de bacharelato e licenciatura, e a cadeira de *Educação e Sociedade: Abordagens*

Históricas e Sociológicas nos cursos de pós-graduação e mestrados. Na Faculdade de Letras, a cadeira de *Teoria da Educação* incorporava algumas temáticas históricas e a Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade Técnica de Lisboa, oferecia, nos bacharelatos e licenciaturas, a cadeira de *Análise Sócio Histórica da Educação*. Por seu lado, na Universidade Nova de Lisboa, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas tinha uma cadeira designada *A Educação na Sociedade Burguesa: 1820/1910*. Esta diversidade de perspectivas aumentaria se contemplássemos as escolas superiores de educação e as universidades privadas, que não contemplámos nesta análise. No entanto, é importante realçar que a História da Educação tem uma presença mais significativa nas universidades do que nas escolas superiores de educação, prolongando assim a tradição da disciplina no meio académico universitário e em linha com a sua natureza de índole mais teórica e reflexiva e não apenas profissional.

A análise dos programas permite traçar um quadro geral, que aponta para: a) um ensino organizado numa perspectiva cronológica (embora consagrando já abordagens temáticas), que associa a necessidade de fornecer aos alunos um enquadramento temporal de mais fácil apreensão e o predomínio de uma conceção tradicional do tempo histórico, com a emergência das abordagens temáticas que se vão afirmando como estruturantes da análise histórica; b) uma lógica essencialmente descritiva, embora privilegiando também algumas análises interpretativas e onde está presente a preocupação de consagrar uma estratégia de problematização; c) uma preferência pelo período contemporâneo, na maior parte dos programas, privilegiando os séculos XVIII a XX; d) uma distribuição tripartida no que se refere à “dicotomia nacional-internacional”, com um terço dos programas em torno do pensamento e da história educacional portuguesa, outro terço abordando autores universais e, pontualmente, autores portugueses e, finalmente, outro terço que articula, numa perspectiva histórica, as realidades internacionais e nacionais (NÓVOA, 1994, p. 60-61). Em suma, no início da década de 90, os 36 programas analisados por este autor levam-no a caracterizar as propostas programáticas como situadas num continuum que vai do “enfoque exclusivo nas *ideias* a uma análise centrada nas *realidades*” e se cruza com “uma abordagem essencialmente *pedagógica* [que evolui par]a uma estratégia fundamentalmente *histórica*” (p.61). Um estudo posterior desenvolvido sobre o perfil da História da Educação em Portugal não se afastará deste quadro, embora seja realizado 11 anos depois (SANTOS, 2007).

No contexto que traçou, António NÓVOA (1994) apresenta o seu próprio programa da cadeira de História da Educação, que lecionou na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação desde o início da década de 90, estabelecendo a sua articulação com as outras disciplinas, nomeadamente as do campo histórico-educativo da licenciatura em Ciências da Educação, e centrando-se “primordialmente na realidade portuguesa, valorizando uma abordagem das instituições escolares, da evolução do sistema de ensino e dos atores educativos” (p. 116-117). Explica as opções que tomou na organização do programa, nomeadamente o esforço em articular o ensino e a investigação, em estreita correlação com as pesquisas que realizou e com as publicações que divulgam os resultados dessas investigações, incorporando esta dimensão investigativa na dinâmica das aulas e

afirmando, contra uma docência enciclopédica, uma pedagogia universitária que acentua as dimensões metodológicas do ensino (entendendo metodologia como método do trabalho científico).

Hoje continuam a existir duas cadeiras de História da Educação I e II na licenciatura em Ciências da Educação² do Instituto de Educação³ da Universidade de Lisboa; a disciplina é oferecida também como opção nos mestrados em Ensino e há um mestrado próprio de História da Educação (que na primeira década do século XXI teve uma edição em Bragança e outra edição em Portalegre), assim como um doutoramento em História da Educação. O percurso desta área curricular na Universidade de Lisboa ficou marcada pelas personalidades de Rogério Fernandes e António Nóvoa e, hoje, para além de Nóvoa, constituem este grupo disciplinar Justino Magalhães, Joaquim Pintassilgo e Jorge Ramos do Ó.

4. O desenvolvimento do campo da investigação: teses, projetos, publicações e eventos científicos

Ao vincular o ensino e a organização da cadeira de História da Educação à investigação, A. Nóvoa sublinhava a importância crescente da investigação e o marco que tinha sido representado, neste campo de produção, pela década de oitenta, quando se registou um número explosivo de publicações (NÓVOA, 1994, p. 85-89). Neste domínio, os anos 70 foram dominados pelas figuras de Joaquim Ferreira Gomes, da Universidade de Coimbra, “o primeiro *historiador da educação* em Portugal, na medida em que nenhum dos autores anteriores construiu a sua identidade académica e universitária por referência a esta disciplina” (p. 89) e pelo “grupo Gulbenkian”, organizado em torno do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, que desenvolveu um trabalho de grande qualidade. A realização do 1.º Encontro de História da Educação em Portugal, em 1987, na Fundação Calouste Gulbenkian, reflete a importância da disciplina neste grupo, onde se destacavam Rogério Fernandes e Rui Grácio. Os anos 80 conhecem uma vitalidade significativa, pelo aumento exponencial do número de publicações, que são marcadas pela renovação temática, a diversificação metodológica e a consolidação de uma comunidade científica de história da educação.

No início da década, a ausência de publicação de manuais de história da educação, nomeadamente no âmbito universitário, levou Rui GRÁCIO (1983) a retomar o desabafo de Luís de Albuquerque, em 1960: “Está por escrever a história do ensino em Portugal”. Exprimindo o “sentimento desse desaconchego”, Rómulo de Carvalho repetiu em 1986: “Aproximamo-nos dos finais do século XX sem termos notícia pública da existência de uma História do Ensino em Portugal (...) sentimos a falta de uma obra daquela natureza que nos auxiliasse a situar-nos numa linha de continuidade, (...) justificando a nossa presença ali, no lugar ocupado, a nossa actuação, a nossa visão dos problemas pedagógicos,

² Recentemente, esta licenciatura passou a designar-se licenciatura em Educação e Formação e a *História da Educação* passou a uma só disciplina.

³ O Instituto de Educação da Universidade de Lisboa é o resultado da fusão em 2010 do departamento de Educação da Faculdade de Ciências com o departamento de Ciências da Educação da anterior Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

permitindo-nos uma consciência profissional” (CARVALHO, 1986: 7). As palavras de Rómulo de Carvalho inscrevem-se na sua *História do ensino em Portugal*, que ainda hoje é a obra de conjunto que temos no campo científico da História da Educação.

Nos anos oitenta, o grupo de docentes do ensino superior de História da Educação começou a construir uma identidade profissional com base na disciplina. Foram criadas dinâmicas coletivas, realizados encontros científicos de dimensão expressiva (1.º Encontro de História da Educação em Portugal, Lisboa, em 1987; 1.º Encontro Ibérico de História da Educação, S. Pedro do Sul, em 1992; e 15.º Congresso Internacional de História da Educação, Lisboa, em 1993) e criada, em 1989, a Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Foi (e é) um grupo pequeno, em consonância com a escala do país, marcado pela diversidade conceptual e metodológica, mas que desenvolve um trabalho de cooperação e de equipa no domínio da investigação científica e da ação institucional, não só no que respeita ao grupo da Universidade de Lisboa, mas em colaboração com os docentes / investigadores de outras universidades. No 2.º Encontro de História da Educação em Portugal (Braga, em 1996) afirmava o coordenador da comunidade científica que “o desenvolvimento da história da educação tem-se operado de forma mais complexa, pois que uma historicização dos campos e das dimensões educativas, resultante de um alargamento da história “total”, se contrapõe a especificidade da educação como objeto epistémico, interdisciplinar e em franco desenvolvimento” (MAGALHÃES, 1998, p. 11). Nove anos depois, o 3.º Encontro de História da Educação em Portugal (Porto, 2005) sublinhava que:

A História da Educação tem conhecido uma importante expansão nos últimos anos em Portugal, comprovada pelo volume de trabalhos publicados, pela proliferação de cursos de estudos pós-graduados, designadamente a nível de mestrado, pelo investimento académico de diversos investigadores, patente no número de dissertações de doutoramento realizadas nos últimos quinze anos, por exemplo, e pela crescente rede de investigação que gradualmente tem sido construída, a nível nacional e internacional (PINTASSILGO; CORREIA; ALVES; FELGUEIRAS, 2007, p. 7).

Este Encontro fez o balanço e perspectivas do campo em Portugal, tendo sido proferidas conferências, posteriormente publicadas no livro citado, sobre: o balanço dos estudos produzidos pela Secção de História da Educação no que respeita aos temas, discursos e paradigmas (Justino Magalhães); os métodos e processos na produção do discurso histórico-educativo, com base na análise de 44 teses de doutoramento (Jorge Ramos do Ó); o estatuto e conceito de criança nos diferentes discursos, como o higienista e jurídico, ao longo de vários séculos (António Ferreira Gomes); a história do currículo e das disciplinas escolares, a partir de um conjunto de dissertações de mestrado (Joaquim Pintassilgo); a emergência dos estudos da escola e como estes estudos evoluíram das tradicionais abordagens jurídico-administrativas ou monográficas para abordagens orgânicas, holísticas e culturalistas (João Barroso); análise da imprensa e do discurso pedagógico como objetos ou fontes da história, com base em teses de doutoramento (Luís Miguel Carvalho); o lugar e significado da História da Educação nos currícula de

formação de professores, em dois estudos autónomos, um sobre o ensino politécnico e outro sobre o ensino universitário (Maria João Mogarro e Teresa Santos). Considerando a relação umbilical que se estabeleceu, ao longo dos anos, entre a cadeira de História da Educação, a consolidação do seu campo científico e disciplinar e a formação de professores, importa registar os eixos de análise que estas duas autoras definiram conjuntamente:

As abordagens do passado no tempo presente e o seu enquadramento nos modos de pensar e debater a educação; a História da Educação como instrumento de construção identitária, a nível institucional, escolar e profissional; a relativização e inteligibilidade dos acontecimentos, conjunturas, estruturas, memórias e discursos educacionais à luz de uma perspetiva histórica; a definição de uma agenda para a consolidação da História da Educação no quadro da formação de professores (PINTASSILGO; CORREIA; ALVES; FELGUEIRAS, 2007, p. 9).

Neste ponto dedicado à investigação, a nossa perspetiva expandiu-se muito para além da Universidade de Lisboa, pois as grandes tendências do campo construíram-se com docentes e investigadores de outras instituições, em processos de grupo e de sintonia entre os seus elementos. Importa realçar a presença e participação desta comunidade portuguesa de História da Educação em eventos científicos internacionais, desde a década de 90 e até hoje, em cuja organização muitas vezes também participam, como os encontros ibéricos (com Espanha), os congressos luso-brasileiros (com o Brasil), os congressos ibero-americanos (entre a Península Ibérica e a América de língua portuguesa e língua espanhola), os Congressos internacionais da ISCHE (que já teve um presidente português, António Nóvoa, e tem atualmente outro português na direção, Joaquim Pintassilgo) e outras iniciativas de redes de investigação mais específicas, como o MANES ou o SPICAE, por exemplo.

Um dos principais indicadores da investigação realizada ao mais alto nível são as teses de doutoramento. Neste domínio, os doutoramentos defendidos em História da Educação (e, embora em menor escala, em áreas afins, como História e Filosofia da Educação e Educação Comparada), na Universidade de Lisboa, entre 1988 e 2013, expressam também a vitalidade adquirida pelo campo científico na instituição. As 31 teses defendidas, neste período, foram orientadas principalmente por António Nóvoa, Rogério Fernandes, Justino Magalhães, Joaquim Pintassilgo e Jorge Ramos do Ó. Realça-se que 13 destas teses foram defendidas nos anos de 2011, 2012 e 2013, concentrando-se num período mais recente (PINTASSILGO; BEATO, 2014; INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, 2010, p. 11-12). O estudo mais detalhado das teses defendidas entre 2009 e 2013, não só as 15 teses da Universidade de Lisboa, mas também as restantes 9 das universidades do Porto (5), Nova de Lisboa (1), Aveiro (1), Coimbra (1) e Minho (1), revelam uma maior abrangência das categorias que constituem os objetos de estudo deste campo científico, que continuam a privilegiar a história das instituições escolares e a história dos atores educativos, mas se alargam para novos temas, como a história do currículo e das disciplinas escolares, a história dos espaços e das materialidades escolares e a história da circulação ou da internacionalização (PINTASSILGO; BEATO, 2014).

Relativamente às fontes de informação, a documentação legislativa e normativa mantém a sua tradicional importância, embora em muitas destas teses em articulação com outras fontes de informação, como os vários tipos de documentação de arquivo (os arquivos institucionais das escolas, o arquivo parlamentar, o arquivo histórico nacional, o arquivo histórico da educação e os arquivos municipais, entre outros). Por seu lado, a imprensa pedagógica, assim como a imprensa periódica, continuam a assumir um papel de destaque entre as fontes utilizadas na pesquisa. Estas teses atribuem uma importância crescente às imagens, designadamente às fotografias, não só no seu papel ilustrativo, mas como uma fonte a ser avaliada e interpretada. Por seu lado, os manuais escolares ganham um espaço significativo, assim como outros materiais didáticos (por exemplo, os quadros parietais). As fontes orais também são utilizadas de forma relevante, reforçando-se o seu papel com as histórias de vida e as autobiografias.

As atividades científicas desenvolvidas nos últimos anos, entre 2010 e 2013, enquadram-se, em grande parte, nos projetos de investigação que se desenvolveram durante estes anos e foram financiados pela agência portuguesa de avaliação e financiamento, a FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia. Foram quatro projetos e tiveram todos como instituição de acolhimento o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, incluindo-se no seu centro de investigação – a Unidade de Investigação & Desenvolvimento em Educação e Formação (UIDEF). Importa ainda assinalar que todos tiveram equipas alargadas, contando com a colaboração de investigadores das outras universidades, do país e do estrangeiro e de outras instituições de natureza muito diversa.

O Projeto “Educação e Património Cultural: escolas, objetos e práticas” foi coordenado por Maria João Mogarro e a sua equipa foi constituída por investigadores portugueses da Universidade de Lisboa e de outras universidades, escolas e instituições educativas do país. Os consultores e alguns dos membros da equipa eram estrangeiros, destacando-se A. Escolano Benito, Martin Lawn, Frank Simon, Ian Grosvenor, Pedro Luiz Moreno Martinez, Eulália Colledemont e Cristina Yanes. A aprovação e financiamento deste projeto refletiu a consciência sobre a importância desta área para a educação, as práticas docentes, a sua história e a sua memória, reconhecendo o trabalho realizado neste campo, de forma continuada e sistemática, pelos membros da equipa e consultores do projeto.

No campo da formação de professores, o Projeto “Escolas de Formação de Professores em Portugal: História, Arquivo, Memória”, coordenado por Joaquim Pintassilgo, teve como consultores Thomas S. Popkewitz, Diana Vidal e José María Hernandez Díaz. A equipa de investigadores foi constituída por colegas de universidades, escolas e arquivos de várias regiões de Portugal e teve como objetivo fundamental a elaboração de um livro com monografias das principais instituições portuguesas de formação de professores

O projeto “De Aluno a Artista: As Dinâmicas da Inventividade, do Estatuto e da Herança na História do Ensino Artístico em Portugal (1780-1983)” foi coordenado por Jorge Ramos do Ó e visou identificar, no tempo longo, os debates culturais, as soluções institucionais e as práticas relacionadas com a formação inicial dos artistas em Portugal.

O Projeto “Atlas-Reportório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)” foi coordenado por Justino Magalhães e teve como principal objetivo reconstituir e dar a conhecer, através de um Atlas-Repertório, a ação dos Municípios na educação e na cultura, em Portugal, no período histórico que engloba os dois grandes movimentos: a) escolarização – da obrigatoriedade da Instrução primária à universalização da educação secundária; b) aculturação escrita.

No período de 2010 a 2013, realizou-se um número significativo de eventos científicos, muitos deles relacionados com os projetos então em curso, tanto nacionais, como internacionais; também os livros e artigos publicados nestes anos resultam, na sua maioria, dos encontros realizados e dos projetos que foram desenvolvidos, promovendo assim a divulgação do conhecimento produzido (MOGARRO, 2014). Outros produtos foram concebidos no âmbito dos projetos, como o MUVE-Museu Virtual da Educação, equacionando-se hoje as linhas de desenvolvimento dos projetos referenciados.

Considerações finais

Este percurso pela História da Educação, centrado na Universidade de Lisboa, permite iluminar a construção do campo curricular e científico que esta disciplina seguiu, desde meados do século XX aos nossos dias, sendo um dos exemplos mais conseguidos deste processo no meio universitário português. Entre a figura solitária de Delfim Santos, carismático filósofo e pedagogo, mas que se colocou, como professor de História da Educação, numa função eminentemente transmissiva do conhecimento produzido por outros, até uma comunidade académica e científica, estruturada e atuante, como hoje existe, um longo e árduo caminho foi percorrido na área disciplinar. Este itinerário fez-se de cursos, programas, investigações, projetos, eventos e publicações que ilustram o trabalho desenvolvido por gerações de historiadores da educação.

Referências bibliográficas:

- AAVV. **Primeiro Encontro de História da Educação em Portugal- Comunicações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- AFFREIXO, J. M. G. **Apontamentos para a história da pedagogia**. Lisboa: Livraria Ferreira, 1883.
- BASTOS, M. H. C.; MOGARRO, M. J. (2009). Manuais de História da Educação em Portugal e Brasil (segunda metade do século XIX – primeira metade do século XX). In: ARAÚJO, M. M. de (Org.). **História(s) Comparada(s) da Educação**. Brasília: Liber Livro / UFRN. p. 241-283.
- CARVALHO, R. de. **História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CIRNE Junior, F. A. do A. **Resumo da História da pedagogia**. Porto: Livraria Universal de Magalhães e Moniz, 1881.

COELHO, J. A. **Noções de Pedagogia Elementar, coordenadas em harmonia com o programa oficial, para uso dos alunos das escolas normais e de habilitação para o magistério primário.** Lisboa: Empresa da História de Portugal/ Livraria Moderna, 1907 (2ª ed.; 1ª ed. 1903).

FERNANDES, R. A história da educação e o saber histórico. In: FELGUEIRAS, M.; MENEZES, C. (Orgs.). **Questionar a sociedade, interrogar a história, (re-)pensar a educação.** Porto: Afrontamento, 2004. p. 789-805.

GOMES, J. F. A investigação em História da Educação em Portugal. In: NÓVOA, A.; RUIZ BERRIO, J. (Ed.). **A História da Educação em Espanha e Portugal - Investigações e Actividades.** Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993. p. 55-64.

GOMES, J. F. Situação actual da História da Educação em Portugal. In: AAVV. **Primeiro Encontro de História da Educação em Portugal- Comunicações.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 11-44.

GRÁCIO, R. **Educação e Educadores.** Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

GRÁCIO, R. História da história da educação em Portugal: 1945-1978. **Cultura. História e Filosofia**, Vol. II, 1983. p. 135-184.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. **Teses de doutoramento em Educação apresentadas à Universidade de Lisboa 1981 | 2009.** Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2010.

LEITÃO, A. **Elementos de Pedagogia, em Harmonia com os programas das escolas normais.** Coimbra: França & Armênio, 1915 (4.ª ed.; 1.ª ed. 1906; reimp. 1907; 2.ª ed. 1913; 3.ª ed. 1914; 5.ª ed. 191-; 6.ª ed. 191-; 7.ª ed. 1918; 8.ª ed.ª 1923).

LOURENÇO, E. Depoimento – Por ocasião da morte de Delfim Santos. **O Tempo e o Modo**, Lisboa, n. 43-44, nov./dez. 1966. p. 1085-1087

MAGALHÃES, J. (Org.). **Fazer e ensinar história da educação em Portugal.** Actas do 2.º Encontro de História da Educação. Braga: Universidade do Minho, 1998.

MIRANDA, R. L. Santos, Delfim Pinto dos. In: NÓVOA, A. (Dir.). **Dicionário de educadores portugueses.** Porto: Edições Asa, 2003. p. 1262-1265.

MOGARRO, M. J. **A formação de professores no Portugal contemporâneo – a Escola do Magistério Primário de Portalegre.** Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa/ Universidade da Extremadura, 2001, 2 volumes.

MOGARRO, M. J. **A História da Educação em Portugal, 2010-2013: eventos, projetos e publicações.** Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. Acessível em: <http://www.sophe.pt>

MOGARRO, M. J. A História da Educação nos Currículos de formação de professores: consolidar a História da Educação, pela construção de identidades. In: PINTASSILGO, J.; CORREIA, L. G.; ALVES, L. M.; FELGUEIRAS, M. L. (Orgs.). **A História da Educação em Portugal – Balanço e Perspectivas.** Porto: Asa, 2007. p. 203-227.

MOGARRO, M. J.; PINTASSILGO, J.; HENRIQUES, R. P. Das escolas normais às escolas do magistério primário: percurso institucional e enquadramento legal. In:

PINTASSILGO, J. (Coord.). **As escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memória**. Lisboa: Colibri, 2012. p. 7-42.

MOGARRO, M. J. Bibliotecas para formação de professores em Portugal. In **Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. 17 a 20 de Abril de 2006. Uberlândia, MG: EDUFU / Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação, 2006a (publicação em CD-Rom). Também disponível em: www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/principal.htm

MOGARRO, M. J. Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos: circulação e apropriação de saberes culturais. In J. PINTASSILGO, M. C. CARVALHO, M. J. MOGARRO & M. C. FREITAS (orgs). **História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais** (pp. 233-257). Lisboa: Colibri, 2006.

NÓVOA, A. (Dir.). **A imprensa de educação e ensino – Repertório analítico (séculos XIX-XX)**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

NÓVOA, A. (Dir.). **Dicionário de educadores portugueses**. Porto: Edições Asa, 2003.

NÓVOA, A. **História da Educação**. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1994.

NÓVOA, A. História da Educação: percursos de uma disciplina. **Análise Psicológica**, n.º 4 (XIV), 1996. p. 417-434.

NÓVOA, A. Why History of Education in Teacher Education? New answers to an old question. **Zeit p Historiograph**, 10, H2, 2004. p. 96-98.

NÓVOA, A.; RUIZ BERRIO, J. (Ed.). **A História da Educação em Espanha e Portugal - Investigações e Actividades**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993

PÉLICO Filho, S. **História da Instrução Popular em Portugal**. Lisboa: Lúmen, 1923.

PIMENTEL Filho, A. **Lições de Pedagogia Geral e de História da Educação**. Lisboa: Guimarães & Cia, 1932 (2ª Ed. Refundida e ampliada; 1ª Ed. 1919)

PINTASSILGO, J.; CORREIA, L. G.; ALVES, L. M.; FELGUEIRAS, M. L. (Orgs.). **A História da Educação em Portugal – Balanço e Perspectivas**. Porto: Asa, 2007.

PINTASSILGO, J.; MOGARRO, M. J.; HENRIQUES, R. P. **A formação de professores em Portugal**. Lisboa: Colibri, 2010.

PINTASSILGO, J; BEATO, C. **Balanço da produção portuguesa recente: o exemplo das teses de doutoramento (2009-2013)**. Conferência apresentada no X Colubhe – Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Curitiba, 27 de Agosto de 2014.

SANTOS, D. **Obras completas III — Do homem, da cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

SANTOS, D. Um inédito de Delfim Santos. História da educação. **Boletim Bibliográfico e Informativo do Centro de Investigação Pedagógica**. Lisboa: FCG, n. 5, 1967. p. 9-13

SANTOS, M. T. Perfil da História da Educação: conflito entre o empobrecimento

efectivo e o potencial objectivo. . In: PINTASSILGO, J.; CORREIA, L. G.; ALVES, L. M.; FELGUEIRAS, M. L. (Orgs.). **A História da Educação em Portugal – Balanço e Perspectivas**. Porto: Asa, 2007. p. 229-252.

SANTOS, T. A Docência de Delfim Santos em História da Educação. **Revista Teias**, v. 14, n. 28, maio/ago. 2012. p. 119-133.

Recebido em abril de 2014
Aprovado em maio de 2014